

## COMUNIDADE URBANA DO MÉDIO TEJO – um ponto de vista –

É preciso mudar, para acompanhar, no plano administrativo, a dinâmica da própria sociedade.

Concentração urbana.

Despovoamento.

Crise dos sectores primário e secundário.

Reconversão do tecido profissional.

Novas exigências nas redes escolares, de saneamento ou de saúde.

Novas exigências culturais e científicas.

A mais alta taxa de analfabetismo funcional da Europa.

Desertificação ambiental de áreas crescentes.

Baixa produtividade.

Baixa taxa de tele-trabalho.

Pequena dimensão, à escala europeia, dos nossos centros urbanos.

Escassa massa crítica.

Fraca relevância do ensino superior na orientação da vida produtiva.

Desajustamento entre a escala administrativa e a escala de potencial resolução de problemas, pela inexistência de quadros administrativos entre os níveis da CCRD e da autarquia.

Estamos longe do triângulo Tomar-Torres Novas-Abrantes que, nos inícios da década de 70, emergia como um potencial centro de desenvolvimento. A já então fraca coesão e liderança regional, nunca permitiram que, contrariamente ao que sucedera noutras zonas (como Sines ou a Covilhã), se consolidasse um projecto que possuía, nessa época, apoios políticos, base económica e suporte académico (no qual se inscrevia a criação do IPT). O fim do regime e do comércio colonial, e as arritmias da integração europeia, vieram alterar profundamente o tecido económico regional, ora asfixiando certas áreas, como os têxteis, ora decependo grande parte das suas ramificações, como nas papeleiras, ora ainda afogando a malha do pequeno emprego, como no caso do pequeno comércio face às grandes superfícies.

Nos últimos 30 anos a vida mudou muito por aqui. E na qualidade imediata melhorou muito, apesar das profundas alterações, apesar da quebra demográfica, apesar de os três pilares daquele triângulo, cuja coerência advinha da diversidade, se terem aproximado drasticamente em termos de qualidade média, perdendo portanto em diversidade e capacidade competitiva da região, quando globalmente considerada. A vida é assim mesmo, e a criação de um sistema cada vez mais integrado e pouco aberto ao exterior alimentou as forças da entropia.

Entretanto, e ignorando de facto as transformações profundas que se operavam, prosseguiu a implementação de um plano de desenvolvimento, sonhado há mais de 30 anos, e aprofundado nas décadas seguintes. Um plano de estradas, de recursos hospitalares, de ensino superior, que não foram capazes de se adequar a estas mudanças.

Por isso temos hoje auto-estradas, mas não temos ainda uma ligação decente de Tomar aos outros centros da região.

Por isso temos três hospitais (desenhados para essas micro-metrópoles que já estavam extintas antes de se consolidarem nos anos 70), sem termos o grande hospital que, rivalizando com os de Lisboa, oferecesse garantias de qualidade e segurança equivalentes.

Por isso temos um Instituto Politécnico sem cursos nas áreas da Saúde, sem uma guarda avançada em Torres Novas e com tantas resistências à que criámos em Abrantes (por se não entender que, nos nossos dias, a mirífica ideia do tal triângulo que entregava a Tomar a tutela cultural já não se adequa à realidade – e sobretudo por não se entender que, sem essa valia, mais cedo ou mais tarde deixaria de existir Ensino Superior na região, pois “viagem por viagem” os nossos jovens irão preferindo viajar para Lisboa e Coimbra, ou mesmo para Badajoz, Cáceres ou Salamanca).

E, no entanto, vivemos hoje melhor do que há 30 anos. A questão é: como será no futuro?

Os diagnósticos estão, no essencial, feitos. Mesmo se muito trabalho de casa precisa de ser “afinado”. Como ainda há poucas semanas se discutiu no Seminário “A Agricultura na Cidade”, promovido pelo Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo, não se percebe como continua a desarticulação no plano da informação geográfica. Não temos um cadastro rigoroso dos fluxos de população e um registo centralizado, parcela a parcela, da taxa de ocupação efectiva da área rural. Não temos, sobretudo, uma imagem comum perante outras regiões.

Mas o que se diz desta região pode dizer-se do País em geral. E, muitas vezes, nos mais diversos contextos, se falou do problema administrativo.

Escolheram os nossos alunos este tema para as Jornadas de Gestão do Território deste ano. É um tema que parece suscitar controvérsia, e isso é bom. Significa que algo está a mudar. Serão cometidos erros, provavelmente, mas o maior erro era o de manter a situação existente, na perigosa ilusão de que a realidade também não mudaria. Sou, por isso, um defensor da descentralização administrativa, tal como fui opositor de uma regionalização política num país sem regiões, e cuja dimensão, de facto, é de uma região da Península Ibérica. E creio nos modelos de abordagem “bottom-up”, como o que foi seguido, apesar de todos os perigos, tal como creio que uma descentralização e desconcentração “a várias velocidades” é a forma correcta, porque mais ajustada à vida, de encontrar equilíbrios.

É neste quadro, aliás, que foi criado, há cerca de um ano, o Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo. Trata-se, também aqui, de uma dinâmica que suscita controvérsia, dúvidas, resistências. É normal e positivo que assim seja. Mas o facto de nele já participarem cerca de duas dezenas de entidades, incluindo oito autarquias, começa a criar, nesta região, uma imagem alternativa de gestão do território, que precisamente atraiu as atenções da Comissão Europeia e da UNESCO. O facto de a Comissão Europeia ter escolhido a nossa região para um programa de investigação sobre o território, tal como o facto de a UNESCO ter considerado o modelo de Parque que levamos a cabo como algo a promover noutras latitudes, são indicadores de que o caminho é o da colaboração cada vez mais estreita entre as diversas instituições que, nesta vasta área, partilham o território. Algo que se pode encontrar por todo o País, com ritmos que Lisboa nem sempre compreende.

Há alguns dias, dizia um colega que muito estimo, que o modelo actual permite, até, que certas fronteiras sejam construídas na base das solidariedades entre autarcas, mais do que em critérios racionais. Ora, por muitos riscos que tal possa representar, a verdade é que introduzir na gestão da sociedade a dimensão das afinidades culturais e mesmo afectivas, não só não é mau como é mesmo excelente. É esse o caminho para romper com a mediocridade e o cinzentismo.

Criar comunidades urbanas ou afins é preservar as identidades locais construindo outras, mais amplas e ricas. É conservar o bairrismo deitando fora a pobreza da exaltação local em detrimento dos vizinhos. É perceber que o que separa as pequenas cidades da região das vilas que as circundam é muito ténue, e aos olhos do

espaço europeu é quase irrelevante. É entender que a diversidade de certas comunidades, como a do Médio Tejo, é o seu grande trunfo. É recusar, no entanto, uma visão racionalizante que defina, formalmente, áreas de cultura, de indústria ou de comércio, separadas umas das outras seguindo os recortes dos actuais concelhos, pois isso seria mais do mesmo, seria fazer aqui, provavelmente pior, aquilo que o poder em Lisboa já consegue fazer razoavelmente mal.

Criar este novo modelo administrativo é, também, aceitar uma maior intervenção da sociedade civil, é assumir novas responsabilidades de cidadania e não tentar governamentalizar com uma caricatura regional o que, finalmente, o Estado confessa não conseguir gerir.

É um desafio, como hoje se costuma dizer. É, penso eu, o único caminho para evitar a decadência acelerada da malha de territórios que suporta essa bonita ideia que é Portugal.

Luiz Oosterbeek

Director do Departamento de Gestão do Território do Instituto Politécnico de Tomar  
(Intervenção realizada na s Jornadas de Gestão do território, realizadas no IPT no dia 25 de Maio).